

Política de Proteção de Dados Pessoais em Processos de Recrutamento e Seleção de Candidatos a Emprego ou a Estágio

A Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, IGCP, E.P.E. (doravante IGCP e/ou Agência) assegura a gestão dos dados pessoais fornecidos pelos candidatos a emprego ou a estágio e protege a sua privacidade, atuando em conformidade com o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados (vulgo RGPD- Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados).

A presente comunicação destina-se a assegurar a prestação de informação aos candidatos em processos de recrutamento e seleção no IGCP nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 13.º do RGPD

Assim, nos termos de tal disposição, informa-se:

1. Responsável pelo tratamento de dados

Os dados pessoais dos candidatos serão tratados pelo IGCP na qualidade de Responsável pelo Tratamento.

Na eventualidade do IGCP recorrer a subcontratados, estes subcontratados ficam obrigados a cumprir as mesmas regras de proteção de dados pessoais a que o IGCP se subordina nos processos de recrutamento e seleção de candidatos a emprego ou a estágio.

O IGCP tem um Encarregado de Proteção de Dados (DPO), o qual assegura o cumprimento da legislação de proteção de dados no âmbito das atividades de recolha e tratamento de dados pessoais, que pode ser contactado através do seguinte endereço de correio eletrónico:

dpo@igcp.pt

2. Dados pessoais recolhidos e tratados

i. O IGCP, para efeitos de registo e tratamento de candidaturas a emprego ou a estágio, recolhe os seguintes dados pessoais:

Dados de identificação - nome, morada, data de nascimento, nacionalidade;

Dados profissionais - experiência e percurso profissional;

Dados relativos a habilitações literárias e formação profissional - grau académico, curso, certificado de habilitações, média de licenciatura/mestrado/doutoramento, inscrição em ordens profissionais, e/ou outros elementos que os candidatos entendam relevantes;

Dados de contato - endereço de correio eletrónico e telemóvel;

ii. O IGCP pode ainda solicitar:

» Outros dados e informação pessoais caso relevantes para comprovação do indicado no *curriculum vitae* submetido pelo titular dos dados;

» Dados para diligências pré-contratuais, como cartão de cidadão, número de identificação fiscal ou registo criminal;

iii. O respeito pela privacidade dos candidatos impõe que o IGCP apenas aceda a informação que tenha origem nos dados fornecidos pelo titular dos dados ou que tenha sido recolhida junto de contactos disponibilizados pelo mesmo ou conste de fontes acessíveis ao público, conforme permitido por lei.

iv. Sempre que a recolha e tratamento dos dados pessoais constitua requisito necessário para a avaliação da candidatura, esclarece-se, nos termos do artigo 13.º, n.º 2, alínea e), do RGPD que, no caso de os mesmos não serem facultados, a análise da candidatura não poderá prosseguir.

3. Finalidade da recolha e tratamento

Os dados pessoais em causa são tratados para a finalidade de gestão de processos de recrutamento e seleção em vista de uma relação de trabalho e/ou de estágio no IGCP.

O IGCP assegura o respeito pelas regras de privacidade usando os dados pessoais recolhidos exclusivamente para a finalidade acima referida.

O acesso aos dados é controlado e restrito a pessoas devidamente autorizadas e sujeitas ao dever de sigilo.

O IGCP garante a segurança dos dados recolhidos e tratados adotando as medidas técnicas e organizativas que ajuíza como adequadas à garantia dos princípios da proteção de dados, tais como os da transparência, da minimização, da exatidão e da integridade de dados.

4. Licitude do tratamento

O tratamento destes dados é realizado com base:

» No consentimento do titular dos dados; ou

» Na execução de diligências pré-contratuais promovidas com a anuência do titular dos dados; ou

» Em interesses legítimos prosseguidos pelo responsável pelo tratamento.

Caso o fundamento de licitude para o tratamento dos dados pessoais seja o consentimento, o titular dos dados pode retirar o consentimento a qualquer altura, sem que daí lhe advenha qualquer consequência, mas sem que tal comprometa a licitude dos tratamentos entretanto efetuados.

Caso seja retirado o consentimento, o IGCP cessará imediatamente o tratamento dos dados pessoais do candidato em causa, salvo se houver necessidade de tratar os dados para o cumprimento de obrigações legais e/ou contratuais.

5. Partilha de Dados

O IGCP apenas partilha dados com terceiras entidades no estrito cumprimento da lei aplicável (em particular, o nº 4 do artigo 6º do RGPD).

6. Conservação dos dados pessoais

Os dados pessoais recolhidos são conservados pelo IGCP pelo período necessário à prossecução da finalidade da sua recolha e tratamento.

Os dados relativos a candidatos que não sejam recrutados/selecionados para relação de emprego ou estágio serão eliminados até ao máximo de 1 (um) ano a contar do termo do processo de recrutamento/seleção em que a recolha dos referidos dados tenha ocorrido, a não ser que o candidato tenha expressamente consentido em que os seus dados sejam guardados pelo IGCP por forma a possibilitar a integração em outros processos de recrutamento/seleção para emprego ou estágio na Agência.

Em caso de outorga de contrato de trabalho ou de acordo de estágio, os dados são conservados até 5 anos após a cessação do contrato de trabalho ou após a cessação da frequência de estágio.

Os prazos acima referidos ficam suspensos caso exista processo judicial, processo contraordenacional, administrativo, ou qualquer outro que envolva um litígio, ou seja necessário cumprir obrigações legais e/ou orientações legislativas que envolvam esta matéria.

7. Direitos do titular dos dados pessoais

O titular dos dados, relativamente aos dados pessoais que lhe digam respeito, tem os direitos indicados na política de privacidade do IGCP, disponível na [página IGCP](#).

8. Segurança no Tratamento de Dados Pessoais

Os dados pessoais serão tratados e armazenados informaticamente, podendo pontualmente ser tratados em suporte de papel.

O IGCP tem implementadas medidas técnicas e procedimentos adequados a proteger os dados pessoais contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados e contra qualquer forma de tratamento ilícito.

O acesso aos dados pessoais de terceiros só é permitido aos colaboradores do IGCP a isso autorizados, estando vinculados ao dever de sigilo e confidencialidade.